

JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA  
“INFORME SEBIB Nº 26”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL- Nº 116 – nov.-/2012

*SUMÁRIO*

- A caução na execução provisória – *Américo Andrade Pinho e Adler Chiquezi*
- Aspectos controvertidos do parcelamento da dívida na execução (art. 745-A do CPC) – *Bruno Garcia Redondo*
- Reflexos processuais da sociedade em conta de participação – *Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*
- A regra da preclusividade das decisões judiciais frente à situação anômala da revogação de liminares e da utilização do atípico pedido de reconsideração – *Fernando Rubin*
- Alguns comentários sobre a execução de sentença no mandado de segurança – *Horival Marques de Freitas Junior*
- *Limitações impostas à decisão pela inicial e pela apelação* – *Hugo de Brito Machado*
- A aplicação do efeito substitutivo aos recursos especial e extraordinário – *Leonardo Augusto Andrade e Tatiana Robles*
- Fraude à execução três anos após a edição da Súmula nº 375 do STJ: evolução ou desconfiguração do instituto? – *Nelson Lamego*
- A motivação das sentenças de improcedência Inicial de pedidos repetidos: harmonização do art. 285-A do CPC com o art. 93, IX da Constituição – *Oscar Valente Cardoso*
- O reexame necessário ainda é mesmo necessário? – *Pedro Roberto Decomain*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO – Nº 206 – nov.-/2012

- Crimes contra a ordem tributária: constituição do crédito tributário, consumação e persecução penal à luz da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – *Caio Augusto Takano*
- A isenção do ganho de capital de pessoas físicas instituída pela Lei do Bem e as indevidas restrições criadas pela IN SRF 599/2005 – *Donovan Mazza Lessa e Daniel Serra Lima*
- Auto de infração lavrado com violação de preceitos constitucionais. Impossibilidade – *Eduardo Domingos Bottallo e Claudia Petit Cardoso*
- Breve estudo acerca da necessária modulação temporal dos efeitos da decisão do Superior Tribunal de Justiça no REesp 1.269.570 – *Fábio Martins de Andrade*
- A equivalência no pedir para término de processo administrativo, quando de recurso ao Judiciário – *Ives Gandra da Silva Martins*
- Estudo de caso – Conflito entre a legislação brasileira de tributação de lucros auferidos no exterior e os tratados internacionais para evitar dupla tributação – *Jorge Luiz de Brito Junior*
- Não incidência das contribuições ao PIS e à Cofins sobre a taxa de administração de cartão de crédito – *Mariana Baiada*

- Contribuições previdenciárias e verbas controversas: adicional de férias – *Oscar Valente Cardoso*
- Capacidade contributiva como limite ao poder de tributar – *Plínio Gustavo Prado Garcia*
- Reexame do instituto da prescrição no Direito Tributário brasileiro (sua aplicabilidade aos parcelamentos) – *Sacha Calmon Navarro Coêlho*
- O novo posicionamento do STJ sobre a contagem do prazo de prescrição de que dispõe a Fazenda Pública para a cobrança dos débitos tributários – *Sérgio Farina Filho e Rodrigo Martone*
- A renda, a receita e o faturamento das cooperativas – *Vinicius Garcia*

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR - Nº 46 – ago.-set./2012

- A Cláusula Assecuratória nos Contratos de Prestação de Serviços – *Bráulio Chagas Pighini e Magno Federici Gomes*
- Corregedoria dos Conselhos de Classe: a Iniciativa Cofeci/Creci/SP – Controle da Administração Pública – *Carlos Roberto Faleiros Diniz*
- A Aplicabilidade do Instituto da Decadência para a Inexigibilidade do Crédito Tributário da Contribuição Social Previdenciária na Regularização de Obras de Construções Cíveis – *Rita de Cássia Alves*
- Contribuição Previdenciária – Observações à Lei 12.692/2012 – *Marco Aurélio Serau Junior*
- A Inconstitucionalidade e a Inaplicabilidade do Artigo 191-A do Código tributário Nacional – *Alysson F.J. de Lara e Marcio Cristiano de Gois*
- Apropriação Indébita de Coisa Havida por Erro (Delito de) e um Aspecto de Incompatibilidade com o Parágrafo Único do Artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor - *Spencer Toth Sydow*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 12 de novembro de 2012